

AI. N° - 010119.0012/07-7
AUTUADO - MARAN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.
AUTUANTE - ROZENDO FERREIRA NETO
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 08.11.07

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0330-04/07

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. **a)** FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. **b)** PAGAMENTO A MENOS DO IMPOSTO. É devido o pagamento a título de antecipação parcial do ICMS, até o dia 25 do mês subsequente a entrada neste Estado, pelo contribuinte credenciado que adquirir para comercialização mercadorias não enquadradas na substituição tributária, em valor correspondente a diferença entre a alíquota interna e a interestadual. Comprovado que parte das mercadorias adquiridas foram devolvidas. Exigência fiscal elidida em parte. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 25/06/07, exige ICMS no valor de R\$2.997,72, acrescido da multa de 50% em razão das seguintes irregularidades:

1. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na condição de Empresa de Pequeno Porte, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado - R\$737,00.
2. Efetuou o recolhimento a menos do ICMS por antecipação, na condição de Empresa de Pequeno Porte (EPP), referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado - R\$2.260,72.

O autuado, em sua impugnação à fl. 18, inicialmente discorre sobre as infrações e esclarece que após a notificação da autuação, constatou que as notas fiscais de n^{os}. 397 e 411 emitidas em 13/09/04 e 27/12/04, se referem a devoluções de mercadorias, não havendo incidência do ICMS antecipação parcial sobre as respectivas entradas e pede que seja reconsiderado em parte a exigência fiscal, conforme demonstrativos às fls. 19 e 20.

O autuante, em sua informação fiscal, às fls. 26 e 27, preliminarmente discorre sobre as infrações e alegações defensivas, dizendo que em se tratando de empresa inscrita no SIMBAHIA como EPP, desobrigada de escrituração de alguns livros fiscais, no momento da ação fiscal desconhecia a ocorrência das devoluções de mercadorias, conforme foi dito na defesa apresentada. Afirma que diante dos documentos juntados com a defesa, concorda com os argumentos defensivos e refez o demonstrativo original às fls. 5 e 6, o que resultou em novos demonstrativos que acosta às fls. 28 e 29, reduzindo o débito original para R\$1.197,72.

O autuado foi cientificado da informação fiscal, inclusive recebido cópia da mesma e dos demonstrativos, conforme documento à fl. 30.

A Secretaria do CONSEF juntou à fl. 32, cópia do detalhamento do parcelamento constante no Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária (SIGAT), totalizando o valor remanescente de R\$1.197,72.

VOTO

O Auto de Infração acusa a falta de recolhimento e recolhimento a menos do ICMS por antecipação, referente às aquisições de mercadorias para comercialização em outros Estados.

Na defesa apresentada, o autuado alegou que parte das mercadorias adquiridas foram devolvidas, o que foi reconhecido pelo autuante.

Da análise dos elementos constantes do processo, constato que as cópias das notas fiscais de nºs. 397 e 411 emitidas pelo autuado, cujas vias foram acostadas às fls. 21 e 22, indicam como natureza da operação “devoluções de mercadorias” com valores idênticos ao das notas fiscais de compras de nºs 11016 e 2149, sobre as quais foi exigido o ICMS antecipação parcial.

Dessa forma, tendo o autuante reconhecido que houve equívoco na exigência do imposto relativo às mencionadas notas fiscais, conforme documentos juntados com a defesa, restando comprovado que parte das mercadorias objeto da autuação, foi devolvida e não cabe a exigência do ICMS antecipação parcial, motivo pelo qual acato os demonstrativos juntados pela fiscalização às fls. 28 e 29 e considero devido o valor de R\$1.197,72.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologado os valores já recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração n.º **010119.0012/07-7**, lavrado contra **MARAN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.197,72**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b”, 1, da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores já pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de outubro de 2007.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA

FRANCISCO ATANÁSIO DE SANTANA – JULGADOR